

# **Caminhos interpretativos: um balanço da historiografia clássica sobre independências na província do Piauí<sup>1</sup>**

## *Interpretive paths: an overview of the classic historiography about independence in the province of Piauí*

**Luís Carlos Albano Duarte Sousa**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES.

*E-mail:* luis-albano@hotmail.com.

**Resumo:** O presente artigo busca uma análise historiográfica das principais e incontornáveis obras clássicas sobre as independências no Piauí, classificando-as dentro de uma heurística dividida em três categorias: escritos iniciais, continuidades e possibilidades analíticas. A escolha das obras analisadas se deu observando a importância que alcançaram em análises posteriores, cristalizando certas noções historiográficas e consagrando os seus autores. Obviamente, não há espaço para uma abordagem totalizante, nem a queremos, portanto, diversas obras mais recentes e dignas desta mesma análise ficaram à margem por escolhas metodológicas. No entanto, o objetivo maior deste artigo está exatamente na proposição de uma ampliação analítica no que se refere às independências no Piauí, algo que muito dessas obras mais recentes já puseram em prática. Estão no cerne da nossa análise uma regionalização para a compreensão do processo de construção dos diversos projetos de independência e um jogo de escalas entre macro e micro história, possibilitando maior aprofundamento da temática.

**Palavras-chave:** Historiografia; independências; Piauí.

**Abstract:** This article seeks a historiographical analysis of the main and unavoidable classic works on independence in Piauí, classifying them within a heuristic divided into three categories: initial writings, continuities and analytical possibilities. The choice of the works analyzed was based on the importance they achieved in subsequent analyses, crystallizing certain historiographical notions and consecrating their authors. Obviously, there is no room for a totalizing approach, nor do we want it, therefore, several more recent works worthy of this same analysis were left aside due to methodological choices. However, the main objective of this article is precisely to propose an analytical expansion with regard to independence in Piauí, something that many of these more recent works have already put into practice. At the heart of our analysis are regionalization to understand the construction process of the various independence projects and a game of scales between macro and micro history, enabling greater depth of the theme.

**Keywords:** Historiography; independence; Piauí.

---

1. Esta análise foi feita originalmente em dissertação de mestrado: DUARTE SOUSA, Luis Carlos Albano. Mestiços e Corcundas: visões das independências no Piauí (1820-1840). 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2022.

As primeiras décadas do século XIX, na província do Piauí, foram de instabilidade política, o que não era restrito apenas a uma região do Brasil, dados os projetos de independências que se concretizaram ao longo da segunda década do mesmo século. Após os decretos de outubro de 1821, quando as Cortes de Lisboa deram novas configurações à administração política e militar das províncias do Brasil, o próprio cargo de governador da província do Piauí foi alvo de agitação: Elias José Ribeiro de Carvalho, registrou em ofício ao Secretário de Estado do Reino e Mercês, no mesmo ano da publicação desses decretos, o manifesto desprazer do povo com a forma de seu governo, instando as tropas a se rebelarem por conta do soldo, menor que o praticado na Bahia e Maranhão. O Piauí havia acabado de prestar juramento antecipado à Constituição que ainda estava sendo trabalhada nas Cortes Gerais quando o então governador alegou o descontentamento das tropas “fomentado por aqueles, que nas revoluções têm as suas esperanças”.<sup>2</sup>

O governo da província do Piauí temia uma revolta popular e acreditava que os habitantes eram propícios a isto, mas o apelo popular era na verdade para que se fizesse no Piauí um “Governo Provisório à semelhança da Bahia”, o que indicava uma adesão popular às resoluções das Cortes de Lisboa. Mas diante de reações cada vez mais exacerbadas, um decreto de outubro de 1821, que instituía as Juntas Provisórias de governo com eleições, estabeleceu também a separação entre administração civil e militar, sendo designado para o cargo de Governador das Armas da província do Piauí o major português João José da Cunha Fidié. Mesmo com tais preparativos, a capital não contava, contudo, que fosse a vila de São João da Parnaíba,<sup>3</sup> no litoral, a rebentar dissidente no 19 de outubro de 1822.

Em novembro de 1822, o governo de Oeiras ainda desconhecia as bases exatas do movimento deflagrado na Parnaíba, destacando as “contradições” das comunicações recebidas. No máximo pensava-se na defesa de um bloco regional ligado a Portugal, comum principalmente ao Maranhão e Pará (MACHADO *in* JANCSÓ, 2005), além de muito propagada por escrito (NEVES *in* JANCSÓ, 2005). Às vésperas da proclamação da Parnaíba, nada vaticinava uma revolução independente nos moldes do que aconteceu após o 19 de outubro de 1822, ou no Jenipapo. O que se notava era a imersão da província em tensões políticas e em notícias que chegavam das mais distintas partes do Brasil através de pasquins e impressos efêmeros com opiniões “incendiárias”, mas nem mesmo os insurgentes da Parnaíba tinham uma noção clara de “independência”, como adesão ao projeto da metrópole.

Muito embora não se encerre em si mesmo, o acontecimento da Parnaíba foi um marco no processo de independência no Piauí, onde se concretizou uma alteração na ordem política vigente. Muito se escreveu sobre o que aconteceu partir daí, cristalizando uma historiografia clássica piauiense da qual nos ocuparemos agora. Faremos um passeio dividido em três tópicos:

---

2. Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 31, Documento 1598.

3. Parnaíba, enquanto centro comercial, apresentava também configurações interessantes em suas fazendas, de acordo com o livro de registro de terras em 1818. Talvez o maior proprietário de terras fosse o coronel Simplicio Dias da Silva, com suas 14 fazendas, excluídas as de Campo Maior, onde haviam 96 escravizados registrados no trabalho com gado e na lavoura. Mas um dos dados mais interessantes era que muitos pobres lavravam com licença, “com seus braços”, incluindo forros, fato comum até nas fazendas da família de Leonardo Castello-Branco, outro sujeito de destaque. Arquivo Público do Estado do Piauí, Seção de Manuscritos, Palácio do Governo, Códice 20.

desde a literatura mais próxima do período de independência, através do próprio João José da Cunha Fidié (1850), Abdias Neves (1907) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1909); atravessando autores como Odilon Nunes (1960), Monsenhor Joaquim Chaves (1975) e Bugyja Brito (1976), tributários dos primeiros; chegando em Wilson de Andrade Brandão (1973), que apesar de ser coevo a muitos dos anteriores, oferece-nos uma ampliação analítica que de certa forma rompeu com narrativas estáticas sobre as independências.

### Primeiros escritos

João José da Cunha Fidié relatou suas experiências na obra *Vária fortuna de um soldado português*, onde reuniu os documentos relativos à sua passagem pela província, com o objetivo de firmar sua índole na opinião pública dentro de uma espécie de “economia de mercês” muito comum à monarquia portuguesa (FRAGOSO; GOUVÊA *in* FRAGOSO; GOUVÊA, p. 16). A experiência de Fidié sugeria que ele tinha noção suficiente das dinâmicas políticas da província. Sua lista de serviços contava, além das lutas de 1809 a 1814 das guerras napoleônicas, uma passagem de dois anos pela Ilha da Madeira como ajudante de ordens do governador.

Fidié manteve atitude resistente enquanto visou a manutenção do Norte do Brasil sob o controle de Portugal, enquanto todas as demais províncias já tinham declarado suas independências. Com sua ida para Caxias, no Maranhão, logo após o embate do Jenipapo, onde encontrou com as tropas insurgentes, estava acabado o serviço que fez questão de lembrar em ofício de agosto de 1848, pelo qual lutou tenazmente, “sem haver gasto um real a Portugal, nem ter às [suas] ordens corpo algum de Tropas Europeias” que garantisse a sua segurança pessoal (FIDIÉ, 2006, pp. 96-7). Importante constatação da composição de suas forças, que ele próprio considerava “brasileiras”, enquanto no Maranhão circulava a opinião de tratar-se de uma guerra civil de portugueses. Como constatou João Paulo Peixoto Costa (2018, pp. 281-2), as classes populares, por exemplo, tiveram distintas análises desde Bernardo Pereira de Sá Filho, para quem o povo não participou efetivamente das independências, até Claudete Maria Miranda Dias, que defendeu uma participação ativa e autônoma das forças sociais, através de manifestações populares.

Mas o cerne da questão parece ser um conjunto de reorganizações políticas protagonizadas por grupos sociais distintos à procura de proveitos em uma província que estava profundamente conectada às vizinhas. Quando um dos convites à causa de independência chegou a Oeiras, assinado pelo general Pedro Labatut, a junta do governo respondeu pelo ofício de janeiro de 1823 que ao Piauí interessava mais a união com a corte de Portugal, com quem estabelecia correspondência pelo Maranhão, que com a do Rio de Janeiro, de trânsito mais dispendioso pela Bahia. Boa parte das exportações da Parnaíba iam para Portugal, e a junta utilizou isto para afirmar o interesse geral em manter a união, já que nenhuma “baioneta portuguesa” oprimia a província e se quisesse depender do Rio de Janeiro só precisaria declará-lo. Terminava pedindo que Labatut não enviasse socorro algum a uma província que se achava sossegada. Essa resposta foi enviada a Lisboa para que o rei visse a “firmeza de sentimentos” que animava o Piauí em relação a Portugal.<sup>4</sup>

4. Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 32, Documento 1673.

A proclamação de Labatut chegou junto de uma comunicação do Rio de Janeiro, assinada por José Bonifácio em 3 de setembro de 1822, que proibiu o Piauí de estabelecer comércio com a Bahia, restringindo a saída de embarcações com mantimentos ou petrechos de guerra para qualquer porto que tivesse tropas portuguesas.<sup>5</sup> Todos esses deslocamentos estavam presentes nas fontes sobre as independências, e muitas delas foram reunidas por Francisco Augusto Pereira da Costa, advogado, historiador e político pernambucano, em seu compêndio intitulado *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Além da importante transcrição de documentos em série, a obra contava também com ligeiras notas interpretativas sobre as independências. De acordo com sua observação, o século XIX caracterizou o Brasil como centro de um comércio triangular com a África e Ásia, fato que não explicou sozinho as independências, mas que demonstrou relativa autonomia econômica capaz de fazer ruir o sistema colonial. Dentro desse cenário, destacou-se o Norte do Brasil como satélite de Portugal justamente por concentrar 2/3 da atividade útil, e o Piauí, fonte de abastecimento rica em gado (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 216-7).

Pereira da Costa argumentou que foi o movimento da Parnaíba que fez com que não vingasse o plano de tornar Piauí, Maranhão e Pará um Estado subordinado a Lisboa, e destacou ainda um duplo sentido na percepção da província como grande produtora de gado: controlando-a, seria possível cortar o suprimento de carne e assim sujeitar as províncias vizinhas, mas os altos impostos cobrados sobre o gado piauiense era também razão para os criadores e comerciantes apoiarem a causa da independência (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 217). Percebeu também as reconfigurações econômicas ocasionadas pelo processo de independência, com a perda de mercados antes dominados pelo gado piauiense. Tudo isso para indicar que no Norte houve fome e sangue, ao invés das festas e aplausos do Sul do Brasil, e que o Piauí construiu sua independência, não simplesmente aderiu. Mas ainda era retratada uma província isolada, de situação financeira precária e de um povo sem qualquer noção de direitos políticos (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 218).

Talvez o primeiro grande esforço voltado para a escrita da história do movimento de independências no Piauí tenha sido o de Abdias Neves, advogado e político piauiense que escreveu *A guerra do Fidié*. Publicada originalmente em 1907, a obra teve como fio condutor a trajetória do major português e sua proeminência. Em conjunto com os demais autores que aqui serão vistos, Abdias Neves continua a ser importante pela quantidade de informações obtidas nas mais diversas fontes em que se debruçou, no exaustivo trabalho de reconstrução detalhada dos avanços e recuos, das estratégias de batalha, das deliberações de ambos os lados, dos rumos mesmo da independência. Mas sua narrativa foi construída ainda sob uma noção de história linear, onde os acontecimentos estavam conectados por um objetivo derradeiro: levar o sujeito piauiense à “realização longínqua de sua finalidade histórica”. Umás vezes colocando o piauiense como inerte, outras como aventureiro miscigenado pela raiva dos bandeirantes e as “tendências vagabundas dos índios”, o autor buscou em última instância uma análise psicológica desses sujeitos, partindo de suas próprias percepções, e por isso a questão da raça e de sua interação com o meio lhe foram tão caras.

---

5. Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 32, Documento 1673.

Em setembro de 1822 o Piauí já sabia o que se passava no Sul, o que levou Abdias Neves a crer que o movimento aqui não era de forma alguma espontâneo. Certamente as ideias que circulavam estavam em comunhão, mas há que se observar algumas adaptações. O registro da sessão que ocorreu em 19 de outubro de 1822 na Câmara da Parnaíba proclamou “a regência de Sua Alteza Real, a Independência do Brasil, sua união com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil”.<sup>6</sup> Um outro ofício enviado à Câmara de Campo Maior em 23 de outubro, falava também do “fervor e entusiasmo que desenvolveram os povos nesta ocasião” da proclamação. Não existia ainda a construção do *outro* em termos pejorativos que vão se disseminar ao longo do processo de independência, especialmente contra portugueses. Até aí, todos eram súditos do rei de Portugal.

Ao mesmo tempo, foram diferenciados também os próprios independentes. Para Abdias Neves, os cearenses demonstravam heroicidade e cavalheirismo, espírito nômade não pelas sucessivas secas, mas por sua posição geográfica que os empurrava ao desbravamento: entre as montanhas e o mar, eram como que fenícios, portugueses ou até mesmo ingleses que viram nas técnicas de navegação suas únicas alternativas. Por isso mesmo irresistíveis às revoluções (NEVES, 1985, p. 205). Os piauienses, por outro lado, conformavam-se nas convicções, sempre constantes nos hábitos, muito moderados nos impulsos, não podia ser reformador: era um reflexo do meio uniforme. Talvez por não ter mestiçagem significativa com o índio, colocado como uma figura forte e nômade, que lutou bravamente pelo seu território. Citando Montequieu, Neves afirmou que o calor, a facilidade da subsistência através dos currais e a vida monótona formaram o piauiense morno, passivo e indolente (NEVES, 1985, pp. 214-5).

O Piauí foi retratado ao mesmo tempo como efervescente nas ideias e intelectualmente atrasado pela falta de aulas e escolas, marcado pela paralisia intrínseca aos microcosmos das fazendas de gado, causa de dissociação. Mas aqui há que se fazer uma distinção precisa para um melhor entendimento das dinâmicas do Piauí no oitocentos. Temos presentes dois polos importantes, interligados, mas ambos com certa autonomia e com configurações políticas bastante singulares: Oeiras e Parnaíba. Ao falarmos da Vila de São João da Parnaíba, estamos nos referindo a uma região litorânea, com um porto de considerável trânsito de mercadorias, sujeitos e ideias, impelido pelo comércio de gado e produção de charque, como notaremos mais à frente. Na *era das revoluções*, estar próximo de um porto significava estar perto do mundo (HOBSBAWM, 2011). A capital da província, por outro lado, situava-se no sertão recôndito, um caso curioso em relação ao centro político, já que *sertão* significou, para além de uma oposição ao litoral em relação de dominação, uma espécie de fronteira da colonização (NEVES *in* KURY, 2012, p. 16). Foram espaços de ocupação econômica voltadas para a pecuária e disputas de terras.

Piauí, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Goiás estavam, assim, diretamente ligados por estradas e pelos principais rios, o Parnaíba e o Tocantins, sendo possível aproximar-se inclusive do São Francisco e conseqüentemente a Bahia, em rotas comerciais que não deixava a região em completo isolamento (SILVA, 2016, p. 107). Essa dinâmica que fez com que “veredas de vaqueiros” se transformassem em “trilhas articuladoras de todos os tipos de negócios” (NEVES

6. Arquivo Público do Estado do Piauí, Coleção Independência, Livro 001.

in KURY, 2012, p. 55) foi ignorada por Abdias Neves e muitos que seguiram a sua heurística. Preferiu a descrição dos fatos da política restrita ao ambiente oficial do Estado, e assim manteve o foco nas relações entre o Governador das Armas que tentava restaurar a ordem lusitana e a Junta de Governo de uma província dissidente, pelo menos na Parnaíba. Faltava a capital, mas isso foi resolvido com uma reorganização política encabeçada pelo então brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que, na concepção de Abdias Neves, aderiu ao movimento por ter perdido a eleição da junta para o padre Matias Pereira da Costa, aproveitando a crise existente para se firmar no campo político e fazendo ecoar com mais velocidade as ideias de independência.

Percebe-se que nesses autores já haviam elementos de uma província dinâmica, imersa em disputas políticas e com elementos suficientes de uma autonomia de pensamento para formular movimentos de independências adaptados às tramas locais. Esses elementos acabaram desprezados, compondo narrativas que cristalizaram a historiografia clássica piauiense no sentido de ignorar tudo aquilo que não se passasse no âmbito restrito da oficialidade do Estado, em ofícios, decretos e proclamações. Assim, por muito tempo perdeu-se a satisfatória oportunidade de questionar o sentido de numerosas proclamações circulando numa província essencialmente rural e analfabeta, para não romper com a narrativa que começou a ser construída pelo próprio Fidié, que representava a perspectiva portuguesa dos fatos, inclusive omitindo<sup>7</sup> partes importantes das fontes sobre as independências para não dar espaço a uma heurística distinta.

## Continuidades

Quase todas as obras clássicas subsequentes seguiram o modelo interpretativo de Abdias Neves sobre a história das independências no Piauí, ainda que com leves alterações, numa espécie de continuidade em que foram inclusive dedicadas ao predecessor. À exceção de Odilon Nunes, intelectual piauiense, os demais autores que trazemos nesta seção escreveram no entorno do sesquicentenário da independência do Brasil, na década de 1970. Seus registros partiram das mesmas fontes levantadas pela geração anterior, muito no sentido de consagrar aquilo que já havia sido escrito, acrescidos de uma tonalidade comemorativa ou celebrativa. Trataremos, pois, estes autores enquanto uma segunda geração que consolidou o paradigma lançado por Abdias Neves em *A guerra do Fidié*, no louvável esforço de pensar a independência a partir do Piauí e no desejo de que as especificidades locais tomassem justo lugar na História.

Odilon Nunes publicou uma coletânea denominada *Pesquisas para a história do Piauí* de forma completa em 1975, contando com um volume sobre *A independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem*. Na sua análise, as independências teriam sido resultado das expressões nativistas que não vingaram, como a inconfidência mineira, quando ainda não existia, segundo o autor, bases sólidas para uma nação, especialmente em termos culturais, pela falta de uma elite dirigente. Reconheceu que desde 1770 existia um comércio entre Brasil e África com total exclusão de Portugal e a partir daí diversas redes motivadas pelas atividades econômicas, desde os tratados de agricultura que circularam no Piauí em 1799, como

7. Muitos dos documentos utilizados como suporte para a construção das narrativas não foram utilizados em sua totalidade, o que por si não é um pecado, já que há o elemento da escolha do autor. Porém, em Pereira da Costa isso se torna um problema, já que o objetivo de sua obra era exatamente transcrever um corpo documental.

apontou o então governador João de Amorim Pereira. Odilon Nunes estava se referindo a um ofício em que informava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Ultramar, a distribuição de um livro técnico de agricultura “e outros objetos de utilidade” para alguns habitantes de Oeiras e da província.<sup>8</sup> Essa circulação de impressos científicos concorreu com a intensa busca de minerais (NUNES, 2007, p. 17).

Em termos financeiros, o ano de 1796 registrou para o Brasil 87% das importações de Portugal (NUNES, 2007, p. 19), argumento que levou Odilon Nunes a acreditar que o Brasil se mantinha unido a Portugal não mais em termos coloniais ou de dependência econômica, mas pela força unificadora da figura de D. João VI. A vila da Parnaíba, por sua vez, registrou em 1824 um trânsito de 10 embarcações, em média, entre sumacas e escunas, pertencentes a Simplício Dias, a uma empresa francesa e outros comerciantes. Atendendo essencialmente ao comércio local, já que se fazia propícia apenas a navegação de cabotagem,<sup>9</sup> Simplício Dias praticamente dominava o porto, chegando a lançar um brigue de 2 mil toneladas feito por seus escravos. Já no sertão, contava a província 35 fazendas às vésperas da independência, com cerca de 40.000 cabeças de gado vacum e quase 4.000 de cavalar, além de 686 escravos; em 1825 o número subiu para quase 50.000 cabeças de gado vacum, 4.700 cavalar e cerca de 780 escravos (NUNES, 2007, p. 27-8).

Era esse o cenário da província que se agitou sobremaneira a partir de 1821, e Odilon Nunes apontou uma relação direta entre tensões locais, a Revolução do Porto e os acontecimentos de 1817 em Pernambuco, mas soube reconhecer que a ebulição social causada pela circulação de ideias era estritamente política e não de caráter emancipacionista. Aliás, fez uma distinção: antes de 1822 a emancipação já era uma ideia, mas atraía apenas os “republicanos”, e não os “homens lúcidos”. Por isso as agitações imediatamente anteriores à independência no Piauí foram caracterizadas por Odilon Nunes como manifestações regionais de interesses individuais ou familiares com objetivo de “estabelecer domínio de ordem oligárquica” (NUNES, 2007, p. 31).

As articulações políticas no Brasil não iniciaram com caráter separatista, mas tampouco suportaram a ideia de dependência colonial, o que levou Odilon Nunes a criticar os deputados da província do Piauí nas cortes de Lisboa, Miguel Castelo Branco e padre Domingos da Conceição. Quando a polarização entre Brasil e Portugal deu substância às ideias separatistas, Lúcia Pereira das Neves (*in* JANCSÓ, 2005, pp. 637-675) questionou as atitudes das Cortes em relação ao Brasil, lembrando que havia mais um projeto de conciliação para fazer do Reino Unido de Portugal um só mercado integrado, mas com características centralizadoras capazes de, na prática, reduzir as autonomias das províncias brasileiras. Márcia Regina Berbel (*in* JANCSÓ, 2005, pp. 791-808) debruçou-se sobre o *Diário das Cortes* para entender esse movimento liberal que se mostrou contrarrevolucionário em relação ao Brasil, principalmente pelo decreto de outubro

8. Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 22, Documento 1164.

9. O sistema de ventos e de correntes do Atlântico Sul dissociou inclusive a faixa costeira Leste-Oeste da costa que estava ligada diretamente a Angola pelo tráfico negreiro: para Luiz Felipe de Alencastro a separação entre Estado do Grão-Pará e Maranhão e Estado do Brasil não foi mera burocracia, mas uma resposta à geografia comercial que se esquadrinhou nessas condições marítimas. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20.

de 1821. Se por um lado estabeleceu as juntas de governo num nível de autonomia nunca antes visto, acabava por outro com os órgãos administrativos do Rio de Janeiro criados com a transferência da corte para o Brasil.

Odilon Nunes aparentemente percebeu a necessidade de se entender o Maranhão em conjunto com o Piauí, no contexto das independências. De início, quando a vila da Parnaíba proclamou sozinha a independência, a junta de governo do Piauí enviou uma proclamação às vilas de Marvão e Crateús, assinada em janeiro de 1823, ainda em sintonia com o Maranhão. O documento questionou a capacidade das vilas de aderirem à independência, já que não tinham “agricultura, artes, ciências, manufaturas, comércio, dinheiro e, sobretudo, exército e marinha” e certamente não queriam “vestir o grosso algodão que cobre as carnes dos vossos escravos”. Além de apelar para os laços sanguíneos dos ascendentes europeus, argumentava através do comércio: os habitantes dessas vilas iriam limitar-se a um comércio interno, viver nos matos e retornar ao estado do “tapuio selvagem”.<sup>10</sup>

Não se furtou, porém, de adentrar também uma análise psicológica dos sujeitos que protagonizaram a independência. Nunes ponderou que o Estado do Maranhão recebeu 240 casais açorianos para fomentar o povoamento, sem mestiçagens com os povos originários, diferente do Estado do Brasil: “uma sociedade estanque, sem influência biológica do nativo, senão mínima. Aí temos causas do comportamento divergente, quando na Independência, de brasileiros do Norte e brasileiros do Sul” (NUNES, 2007, p. 34). Além disso, alegou que o patriotismo não era característica de vaqueiros, que só conhecia bravura e honradez. Esse talvez seja o principal ponto de encontro com Abdias Neves.

Outro intelectual que se debruçou sobre esse tema foi Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, clérigo natural de Campo Maior, o que justifica sua narrativa construída em torno do desejo de colocar as querelas paroquianas em evidência na história. Buscou na Revolução do Porto a causa para a instabilidade política da província, fez até um quadro comparativo com todas as demais províncias do Brasil, apontando elementos locais nas tensões políticas de cada uma. Traçou o quadro econômico da província, no qual o boi era principal fonte de renda, com outros gêneros menos evidentes, como algodão e os impostos de escravos, direitos de passagem, décimos de heranças, entre outros. Em comparação com os poucos gastos, concluiu que a situação financeira não era má (CHAVES, 2005, pp. 28-9). Mas parece não ter entendido, a priori, a independência na Parnaíba, questionando a ingenuidade dos participantes e indicando, por outro lado, uma junta de governo em Oeiras bastante sabedora dos acontecimentos, firme nas decisões. Como vimos, o governo da província não sabia ao certo o que se passava e apenas desconfiou de informações desencontradas.

Monsenhor Chaves nos afixou dois ofícios importantes desse período imediato da pós-proclamação na Parnaíba, assinados por João Cândido e pela Câmara. O juiz-de-fora pedia que se suspendesse a marcha de Fidié sobre a vila, “pelo bem do serviço nacional e real e pelo sossego e tranquilidade” do povo, já que não se tinha negado em nenhum momento obediência às autoridades instituídas da província. Realmente, os independentes continuaram a oficialiar via

---

10. Arquivo Público do Estado do Piauí, Seção de Manuscritos, Palácio do Governo, Códice 164, Número 2, Folha 26 verso.

câmara e não constituíram governo paralelo, adequando-se à estrutura administrativa vigente. João Cândido dizia ainda que a vila não tinha planos de se defender à mão armada e que as autoridades foram obrigadas a ceder à vontade dos povos para não criar a mesma situação de guerra civil em que estava o Ceará, com dois governos concorrentes em Fortaleza e Icó. Aliás, afirmou ainda que sequer foi feito juramento algum, tendo apenas cumprido as ordens de Sua Alteza Real para as eleições de paróquia (CHAVES, 2005, pp. 45-6).

Por sua vez, a câmara da Parnaíba escreveu em 4 de dezembro de 1822 sem citar uma independência, mas apenas o cumprimento do decreto de Sua Alteza Real, dom Pedro, avaliando que Oeiras estaria de comum sentimento, o que não se concretizou, visto que o governador das armas ia com toda a tropa de primeira linha para a Parnaíba. Acreditava que Fidié não tentava punir os procedimentos da vila, e sim “estabelecer a ordem e o sossego público”. Em outro ofício, a câmara culpava ainda João Cândido pelo acontecimento, em correspondência com o Maranhão. Já o Coronel Simplício Dias escreveu que notava “no geral aplacado o fogo que motivou aquele procedimento e no particular muitos arrependidos” (CHAVES, 2005, pp. 46-8). Levando em conta esses fatos, Monsenhor Chaves vaticinou: a grande verdade era que os independentes estavam perdidos e não sabiam o que queriam com o 19 de outubro.

Evidentemente, os líderes da Parnaíba não tinham um plano explícito se partirmos da premissa de que eles deveriam estar preparados para a luta, ou seja, se pensarmos como Monsenhor Chaves, que viu na fuga para o Ceará e nos pedidos de cautela motivos para apontar o movimento como precipitado. Há que se lembrar, porém, que a insurreição foi uma possibilidade que só se apresentou ou se fez necessária posteriormente. Essa mudança de posicionamento fez sentir-se justamente quando Fidié iniciou sua marcha contra os independentes. Antes de ter sido uma irresponsabilidade ocasionada por um movimento impensado, a busca de apoio na província vizinha foi um plano que contou com uma rede preexistente de contatos. Um ofício da câmara da Parnaíba de 1824 listava piauienses proprietários e proprietárias de fazenda de gado na vila de Granja.<sup>11</sup>

O raciocínio sobre Oeiras era parecido: Monsenhor Chaves ignorou as forças políticas locais ao atribuir a proclamação na capital apenas a erros de Fidié e à inércia da junta de governo. Da capital da província também partiu, já após a adesão, aquilo que Monsenhor Chaves denominou “complexo do Maranhão”, quando a junta se preocupou excessivamente em proteger as margens do rio Parnaíba deixando Fidié livre. O que de certa forma deixava também a proteção interna da província totalmente dependente das forças do Ceará, de onde vinham todas as esperanças de socorro. Não à toa o comandante cearense José Pereira Filgueiras achava que só havia cearenses no cerco a Caxias (CHAVES, 2005, p. 193).

A questão da composição das tropas – e dos independentes no sentido mais amplo que o militar – retoma a paisagem recorrentemente entre esses autores. Não é possível pensar essa questão fora de uma visão regional que extrapole os limites políticos internos da província. Piauí, Ceará e Maranhão estavam diretamente ligados nestes eventos, interdependentes que já eram comercialmente. Não foram poucos os encaminhamentos da junta de governo do Piauí em garantir auxílios à independência no Maranhão, afiançando assim a segurança própria. Em

11. Arquivo Público do Estado do Piauí, Coleção Independência, Livro 001.

abril de 1823, Manuel de Sousa Martins oficiou em nome do governo a Matias de Sousa Rebelo, comandante do presídio de Manga, ordenando que desse socorro a qualquer cidadão maranhense que quisesse proclamar a independência. De fato, Manga assim procedeu, e aproveitou a oportunidade para solicitar a elevação à categoria de vila, formando uma junta inteiramente composta de maranhenses (CHAVES, 2005, p. 110). Mesmo assim, Manga foi palco de uma chacina envolvendo tropas sob o comando de um preto chamado João do Couto (CHAVES, 2005, p. 168).

Um grande avanço da análise de Monsenhor Chaves, contudo, se deu na percepção de que a propagação das independências abalou a estrutura lusitana de exploração da terra com trabalho escravo, já que o rompimento provocou um limbo até a legislação imperial de distribuição de terras. Para ele, os independentes conseguiram questionar as leis dos europeus “injustos espoliadores dos filhos da terra”, “cujos bens podiam e deviam ser tomados pelos brasileiros”. Ao mesmo tempo, chamou atenção para um detalhe importante: aos brasileiros não foi dada garantia de que as leis que asseguravam as riquezas dos europeus seriam de mesmo modo aplicadas a eles no pós-independências (CHAVES, 2005, p. 69). É uma questão profunda que pode ajudar inclusive a elucidar os interesses particulares que levaram alguns sujeitos a apoiarem a independência. Em 1820, por exemplo, o mesmo coronel Simplício Dias aparecia como grande proprietário de terras em Parnaíba, com dezenas de fazendas.<sup>12</sup>

No entanto, em termos gerais de interpretação, Monsenhor Chaves não diferiu muito dos seus predecessores, garantindo assim uma continuidade na escrita sobre independências. Como conclusão mais geral, limitou-se a eleger o Jenipapo como “ponto mais alto da participação do Piauí nas lutas de independência”, na perspectiva de um evento encerrado em si mesmo. Nessa mesma esteira, Bugyja Brito, natural de Oeiras, escreveu sobre *O Piauí e a unidade nacional*, em publicação de 1976. Elegeu como características do Piauí, três fatos: a diferente colonização, do sertão para o litoral (numa lógica invertida que colocou o litoral como periferia); a garantia da unidade nacional através da luta contra os portugueses; e o seu desenvolvimento tardio. Alegou que interessava à sua obra o segundo fato, específico sobre as lutas de independência, esquecendo que eram questões intimamente interligadas: o processo de colonização era o contexto, e a interpretação do lento progresso era a questão do seu tempo presente que motivava a sua escrita.

Ao estilo de Abdias Neves, teceu também especulações sobre o sujeito piauiense, que seria tranquilo por ser moldado pelas suas atividades pastoris, dóceis, diferente da agricultura. Essa docilidade só seria quebrada quando estava em jogo o bucolismo da sua realidade, aí erguia-se como um titã (BRITO, 1976, p. 17). Discordou de Abdias Neves, contudo, quando à constituição mestiça da província, sendo impossível que se tratasse de uma luta de mestiços contra brancos portugueses, se 70% da população piauiense era portuguesa “e, portanto branca” (BRITO, 1976, p. 64). Essa conjunção conclusiva demonstrava que Bugyja Brito não entendia o que significava português e mestiço no vocabulário político da época.

Sua noção de espaço também parecia estar restrita à província do Piauí, inclusive reputando a ela os acontecimentos no Maranhão. No caso de Caxias, por exemplo, retirou a capaci-

---

12. Arquivo Público do Piauí, Fundos do Poder Executivo, Livro 020.

dade de agência de seus habitantes, ao afirmar que se tornara um reduto de lutas involuntariamente, esquecendo-se por certo dos convites feitos pela câmara da vila ao major Fidié (BRITO, 1976, p. 53). Curiosamente, construiu sua tese na ideia de que o Piauí era prolongamento do Maranhão, desde o pertencimento ao Estado do Maranhão, quando este foi separado do Estado do Brasil (BRITO, 1976, p. 25). Bugyja Brito também foi sensível à participação popular no processo das independências, registrando inclusive listas nominais de pedidos de apoio por parte de Manuel de Sousa Martins, em Oeiras, como José da Cunha Lustosa, proprietário da fazenda Brejo do Mocambo, que organizou uma força de 500 homens de Parnaguá para Oeiras (BRITO, 1976, pp. 41-2). No entanto, sua obra permaneceu como marco dessa geração que seguiu o sentido interpretativo inaugurado por Abdias Neves, inclusive em forma e estilo.

## Possibilidades

Muito embora tenha pertencido temporalmente à segunda geração de clássicos piauienses da historiografia sobre independências, Wilson de Andrade Brandão e sua *História da independência no Piauí*, publicada em 1973, representou para nós uma mudança no sentido de escrita que daria a possibilidade de uma terceira geração. Localizou as independências do Piauí no quadro mais amplo de pensamento político brasileiro, baseando-se numa visão de história linear e evolutiva, mas evocativa também de perspectivas que antes passaram despercebidas. Inseriu no debate uma interessante ideia sobre o espírito de liberdade do século XIX, marcado pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos (e por tantas outras revoluções não citadas pelo autor), ideias que não eram inovadoras, mas antes estavam circulando em seu tempo. Foi o primeiro a perceber no vocabulário das correspondências oficiais e militares uma filosofia de governo que continha as ideias fundamentais do século (BRANDÃO, 2006, pp. 241-251). Aliás, acreditava numa evolução contínua dessas ideias políticas desde a independência mineira até a proclamação da República.

Contrastando sua síntese ao idealismo utópico de Oliveira Viana, assumiu uma opção crítica de garantir aos sujeitos da independência sua capacidade de agência que não se encontrava na utopia de ideias distantes, mas no pragmatismo e na autenticidade de reações ao colonialismo (BRANDÃO, 2006, p. 25). Embora temporalmente distantes, seu raciocínio muito se assemelhou à análise que Raymundo Faoro (1987) fez sobre o pensamento político brasileiro, especialmente na continuidade do elemento nativista em um ciclo manifestado desde 1789 e irradiando-se em momentos de crise. Mesmo quando o liberalismo português passou a ditar o tom das independências no Brasil pelas manifestações das Cortes de Lisboa e suas consequências aqui, ainda assim Faoro (1987, p. 35) consignou um “elemento nacional” a compor o quadro de possibilidades: não nacionalista, mas de grupos heterogêneos com um projeto nacional.

As independências foram entendidas por Wilson Brandão como opções únicas frente à necessidade de organização do Estado com elementos próprios e às discrepâncias quanto aos interesses econômicos do centro e da periferia. Foi nesse contexto, então, que os ilustrados conceberam um pensamento político essencialmente liberal ou constitucional, de acordo com o vocabulário da época (BRANDÃO, 2006, p. 24). À essas ideias, nem mesmo as “regiões atrasadas”

estavam imunes, e comumente haviam elites que dirigiam as massas em comunhão com elas, elites saídas também das massas. Mas sua visão de atraso, aqui, parece levar em consideração uma escala evolutiva eurocentrada, fruto das experiências colonizadoras, onde geralmente tudo aquilo que não estava no padrão de conhecimento do europeu era relegado ao a-científico.<sup>13</sup> Para ele, a província era uma caudatária nas relações entre o Maranhão, porta para o mar, e os caminhos dos sertões (BRANDÃO, 2006, p. 46).

Em uma notável *Cartografia do pensamento brasileiro*, Christian Lynch (2016, p. 83) atentou para a dependência de modelos europeus, internalizada pelas elites brasileiras em termos de subalternidade e de atraso. Neste sentido, os papéis assumidos pelas nações foram enquadrados na concepção evolucionista do processo histórico através do progresso ou de um ideal de civilização que geralmente descarta as experiências locais, estruturas herdadas da colonização. Também a produção de conhecimento periférica ficou maculada por esse esquema que obriga ao enquadramento do pensamento à “modernidade cêntrica”, em instituições transplantadas, na maioria das vezes ineficazes (LYNCH, 2016, p. 86). Assim os nossos pensadores do Piauí oitocentista demonstraram, desde Abdias Neves até o próprio Brandão, uma preocupação em inserir o espaço que analisaram em modelos analíticos que reforçavam a visão de atraso e subdesenvolvimento.

A constância de cartas, ofícios, proclamações, pasquins e impressos efêmeros circulando entre Oeiras, Parnaíba e Campo Maior foi acertadamente notada por Wilson Brandão como fato que proporcionava a estes sujeitos certo grau de conexão com as outras revoluções, adaptando-as à realidade local (BRANDÃO, 2006, p. 43). Foram essas ideias que conseguiram, antes mesmo de qualquer revolução ou da existência de forças independentes no Brasil, implodir as Cortes de Lisboa: o descrédito da junta de governo era sensível e cada vez mais se questionava o sistema representado pelas Cortes (BRANDÃO, 2006, p. 146). Foi esse vocabulário que ofereceu aos independentes da Parnaíba instrumentos suficientes para a construção de argumentos que consideravam, por exemplo, o direito dos povos de deslegitimar seus representantes, inclusive na figura do rei. Isso explica a frequência de tratados justificando por que aderir à independência não era perjúrio a Portugal.

E foi pelo trânsito comercial que Wilson Brandão entendeu o acesso dessas ideias até Oeiras, que não tinha escola nem “atividade intelectual”:<sup>14</sup> a localização geográfica, cruzando os caminhos do Brasil, fez com que as “ideias do século” chegassem com tanta celeridade (BRANDÃO, 2006, p. 56). A província do Piauí, além disso, figurou na análise desses autores que ora nos ocupamos como uma zona de transição entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, contendo por isso redes de comunicação criadas pela própria Coroa para atender às necessidades da época (BRANDÃO, 2006, p. 39). Já na revolução pernambucana de 1817, o governador Baltazar de Sousa Vasconcelos mandou proibir a exportação de gado piauiense àquela pro-

13. Cf. RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007.

14. Para Wilson Brandão, o “atraso” do povo só foi amenizado com a criação da imprensa na província, somente após 1830, o que de certa forma entra em contradição com a expressiva quantidade de folhetos efêmeros circulando em pleno processo de independência. O marco da imprensa nos parece uma expressão oficial, mas não contém toda a realidade de experiências que já aconteciam.

víncia, cortando relações comerciais com os dissidentes e suas conseqüentes propagações do movimento (BRANDÃO, 2006, p. 53).

Quanto à unidade de análise, Wilson Brandão recorreu a Martius, Nina Rodrigues, Roquete Pinto, Euclides da Cunha dentre outros para pensar a unidade brasileira em termos regionais, buscando elementos de identidade capaz de amalgamar os núcleos sociais distintos de cada região. Sua análise encontrou no sentido da colonização a ação centrípeta: a máquina administrativa do Reino era o que sustentava a união das regiões (BRANDÃO, 2006, p. 35). Ou seja, sua perspectiva local, a partir de regiões de influência entre as províncias, levou em consideração um Brasil unido não por interesses nacionalistas, mas amalgamado pelo projeto colonizador.

Decerto, não sem reações. Em 1822, na vila da Parnaíba, onze portugueses reclamaram à câmara pedindo a remoção de um oficial brasileiro dos destacamentos da vila, acusando ainda João Cândido de não punir sediciosos (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 82). Em Oeiras, também 1822, José Joaquim Monteiro de Carvalho, vigário colado, dirigiu representação ao governo com acusações que fizeram a junta reunir conselho para prosseguir com prisões de populares agitadores (BRANDÃO, 2006, p. 129). Na Barra do Potí, portugueses chegaram a ensaiar um movimento restaurador, ou uma “contrarrevolução”, que foi abafado em 24 de fevereiro (NEVES, 1985, p. 96). A própria província do Maranhão também destacou forças para proteger as fronteiras com o Piauí, movimentação que foi vista pela junta de Oeiras como um perigo iminente, uma possibilidade de ataque de tropas fiéis a Portugal que seriam enviadas de Lisboa (BRANDÃO, 2006, p. 212).

Além disso, a participação popular aí flutua ora entre a mera expectativa, ora no protagonismo “instintivo”. Ao definir a sobrepujança da política desse período histórico, Wilson Brandão acreditou que a influência da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará se deu pela preleção do povo em vias estritamente políticas: não soluções jurídicas, mas políticas para os problemas da época (BRANDÃO, 2006, pp. 70-1). Esqueceu-se de que as ideias políticas operam também no campo das mentalidades, não ficando restritas à oficialidade do Estado. Ao traçar rotas de circulação de ideias e de influências de outras revoluções, ou mesmo ao caracterizar o “espírito do século”, Wilson Brandão não percebeu que estava tratando também de movimentos culturais capazes de incutir na mentalidade popular novos anseios, ações e reações à realidade vivida. Formava-se aí, além de uma identidade política em torno do liberalismo constitucional (BRANDÃO, 2006, pp. 44-5), também uma possibilidade de questionamento da ordem vigente, e mesmo oportunidade de ocupar novos espaços geralmente restritos na ordem política que deveria ser rompida.

Mesmo notando uma série de ações coordenadas de forças piauienses, cearenses, maranhenses, pernambucanos em um exército que “além de nacional, por figurarem nele filhos de muitas províncias, é popular, visto que se forma de homens das mais diversas condições sociais” (BRANDÃO, 2006, p. 179), seguiu e legitimou o argumento do já citado ofício endereçado pela junta de governo às vilas de Marvão e Crateús, questionando a capacidade destas de se manterem independentes. Isto para afirmar que teria sido melhor para a província permanecer na condição de colônia, diante da incapacidade para o autogoverno e das improvisações que fa-

ziam das condições internas desoladoras (BRANDÃO, 2006, p. 163). Argumento incompatível com as ações destacadas.

O cenário político que se compõe após o fim das lutas armadas continuava a ser de agitação e insatisfações populares, e a análise de Wilson Brandão consegue ir um pouco além das anteriores também ao perceber a Confederação do Equador numa perspectiva revolucionária, atribuindo certo grau de continuidade do processo de independências. Muitos dos atores deste, figuraram também naquela.

Brandão não dedicou sua obra a seus predecessores; preferiu iniciar dando destaque às figuras de Manuel de Sousa Martins e Simplício Dias da Silva como patriarcas da independência. Com efeito, sua análise alargou o sentido das independências no Piauí, enriquecendo-o no campo da história das ideias e do pensamento político brasileiro, mas também correu o perigo de conceder às ideologias ou a qualquer outra abstração os méritos de ações concretamente humanas. Questão essa que parece ter o cerne na composição dos grupos sociais envolvidos no movimento de independência: não somente o maniqueísmo de conservadores e independentes em seus “partidos”, mas de todos os grupos que carregavam consigo seus interesses particulares. O que desemboca também na visão do outro: não tomar o partido da independência como maior pelo fato de ter saído vitorioso, nem negar a visão dos vencidos. Nada impede que a opinião pública não quisesse uma independência no início do acontecimento.

Muitas foram as contribuições que o estudo da independência no Piauí ganhou, sobretudo a partir da década de 1970, como vimos, quando autores buscam novas formas de escrita da história, inserindo em suas análises elementos da nova História Cultural.<sup>15</sup> Alargar o campo metodológico não significa necessariamente romper com o sentido das independências forjado desde Abdias Neves, mas exatamente tentar entender qual o papel da síntese cristalizada pela historiografia clássica piauiense na contemporaneidade. Acreditamos que a importância dessas obras, hoje, reside muito mais no imprescindível levantamento de dados e fontes, que ainda têm muito a oferecer, especialmente em estudos comparados, conectados com as demais províncias. Foi o trabalho desses grandes autores que permitiu que saíssemos da fase de ensaios descritivos e de apontamentos históricos para uma crítica interpretativa mais robusta. O que buscamos aqui foi mapear essas contribuições para se ter uma visão mais ampla do que foi escrito sobre o acontecimento.

### **Várias cenas, diversas molduras**

De toda sorte, há que se retirar dos clássicos aquilo que deixaram de melhor. Wilma Peres Costa (in JANCSÓ, 2005) sistematizou a *independência na historiografia brasileira* desde Varnhagen até Luiz Felipe de Alencastro. Foi ela que chamou atenção para a capacidade de Capistrano de Abreu em sair do alto da máquina do Estado para perceber elementos sociais marginais e regionais. Também em Caio Prado viu a inovação em afirmar que a nação não estava pré-configurada na colônia, tomando as independências como uma construção. Em Sér-

---

15. Cf. BARROS, José D’Assunção. “A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos”. *Cadernos de História*, v. 12, n. 16, pp. 38-63, 2011.

gio Buarque, pegou a dilatação temporal que fazia com que só em 1848 estivesse consolidada a unidade nacional. De Maria Odila Dias da Silva aproveitou a interiorização dos interesses metropolitanos para dizer que as independências não foram rupturas. E, depois de tantas contribuições imprescindíveis, Luiz Felipe de Alencastro pegou do circuito de tráfico negreiro as raízes que o império português deitou sobre o brasileiro (COSTA *in* JANCSÓ, 2005).

Além disso, a regionalização do debate é uma característica marcante, na medida em que considera as muitas variáveis marcadas em cada ponto de onde se busca entender as independências. As relações com Lisboa, a participação ou não de negros escravizados e forros, o grau de militarização, o nível de disseminação de ideias ilustradas, a ligação ou não das elites com o Rio de Janeiro: todos estes aspectos levantados são fatores importantes que merecem atenção para cada projeto local. Não mais uma independência local em detrimento da que se fez oficial a partir da metrópole, mas os vários projetos que coexistiram. Talvez estes tenham sido os maiores avanços na historiografia sobre independências de uma maneira geral, o que nos dá um amplo legado que pode ser ponto de partida para pesquisas cada vez mais abrangentes, profundas e profícuas.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Johny Santana de. “O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823”. *Clio: revista de pesquisa histórica*. nº 33.2. pp. 29-48.

BARROS, José Costa D’assunção. “O tratamento historiográfico de fontes dialógicas”. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*. Morrinhos, a. 3, n. 4, Julho/2012, pp. 9-37.

BARROSO, Daniel Sousa. “O mealheiro oculto: dinâmicas econômicas entre o Norte e o Sul do Brasil no tempo da Independência.” *Revista USP*, vol. 1, n. 132, pp. 149-164, 2022.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRITO, Buggyja. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1976.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2014.

CELESTINO DA SILVA, Mairton. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em

História, Recife, 2016.

CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DUARTE SOUSA, Luís Carlos Albano. “Eis aqui a verdade, meus queridos irmãos!”: circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1800-1856). 2018. TCC (graduação) – Curso de História, Universidade Federal do Piauí, Picos.

DUARTE SOUSA, Luis Carlos Albano. *Mestiços e Corcundas: visões das independências no Piauí (1820-1840)*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2022.

FAORO, Raymundo. “Existe um pensamento político brasileiro?”. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1987, p. 9-58.

FIDIÉ, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope*, n. 23, 2000, pp. 67-88.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: apontamentos biográficos*. 3 ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1970, Tomo II.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da*

América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

KURY, Lorelai. (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX*. Andrea Jakobsson Estudio, 2012.

LYNCH, C. E. C. “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* 19, jan.-abr. 2016.

MALERBA, Jurandir. “As independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 106.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack braziliense*. São Paulo, n. 01, Maio/2005.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MAXWELL, Kenneth. *Mais malandros: ensaios tropicais e outros*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

MELLO E SOUSA, Laura de. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: MELLO E SOUSA, Laura de. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 67-88.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 22, p. 61-78, 1979.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. “Primórdios da colonização, primeiros currais”. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 1. Teresina: FCMC, 2007, p. 83-108.

NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem.* Teresina: FUNDAPI, 2007.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí.* Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

PIMENTA, João Paulo G. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico.” *História da Historiografia*, pp. 53-82, 2009.

PIMENTA, João Paulo G. “A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica.” *HIB: Revista de História Iberoamericana*, pp. 70-105, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia.* 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007.

RAMINELLI, Ronald J. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REVEL, Jacques. *Jogo de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*. [online]. Vol. 18, n. 36, 1998, p. 187-250.

SALLES, Wesley D. “A quebra do paradigma ‘Sentido Da Colonização’: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos”. *Almanack*, n. 15, Guarulhos, 2017, p. 245-293.

SILVA, Ana Rosa Cloctet da. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, p. 75-87.

SILVA, Ana Rosa Cloctet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822).* São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 03, Maio/2006. Universidade de São Paulo, p. 81-104.